

Boletim Número 41**Data: Outubro-Novembro-Dezembro/2008****EDITORIAL**

O Boletim que ora apresentamos faz um convite especial a todos os que se preocupam com as questões centrais que abalam a América Latina na contemporaneidade: participem do nosso II Seminário internacional. Leiam nosso convite com atenção. Também neste número, o leitor poderá encontrar artigos que elucidam problemáticas cruciais de nossa atualidade. Na Coluna Em Foco vale conferir a excelente entrevista de ERIC HOBBSBAWM. Uma lição de compromisso com a transformação social, coerência, ética e competência intelectual se revelam de forma nítida nesta lúcida entrevista. Também faz parte desta edição a resenha do Prof. Dr. José Henrique Organista que nos convida à reflexão e o artigo de Ignacio Ramonet que discute a figura polêmica de Hugo Chávez. Finalizando esta edição, o artigo Os Labirintos da Mídia das Relações Sociais evidencia a ofensiva midiática dos dias atuais.

Boa leitura,**Profa. Dra. Silene de Moraes Freire****DESTAQUE****CONVITE**

O Programa de Estudos de América Latina e Caribe – PROEALC – do Centro de Ciências Sociais da UERJ e demais parceiros convidam a comunidade acadêmica latino-americana para o II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: a situação de crianças e adolescentes na América Latina Hoje que se realizará nos dias 5, 6 e 7 de novembro de 2008 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, localizada a Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão João Lyra, Maracanã, Rio de Janeiro.

O objetivo do II SEMINÁRIO INTERNACIONAL é promover o intercâmbio de estudiosos, pesquisadores, militantes e especialistas em Direitos Humanos na América Latina, na busca de alternativas referentes à trágica condição social dos povos latino-americanos na contemporaneidade.

Neste sentido estamos convocando as universidades, instituições públicas comprometidas com a temática e organizações da sociedade civil da região no sentido de promover discussões permanentes sobre Direitos Humanos e elaborar propostas políticas capazes de fortalecer a defesa e conquista de direitos.

As atividades do Seminário incluem conferências e mesas redondas com intelectuais de grande destaque no tema e Grupos de Trabalho específicos com apresentação de trabalhos e debates sobre quatro temas relacionados com a questão dos DIREITOS HUMANOS, da VIOLÊNCIA e POBREZA hoje, dando ênfase na situação de crianças e adolescentes na América Latina. Os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA também serão avaliados nesse Seminário.

O Convite que fazemos é de participação e de colaboração com a divulgação. Para maiores esclarecimentos solicitamos entrar em contato com o PROEALC nos telefones: (21)2587-7344 e (21)2587-7146

E-mail: seminariodh.proealc.uerj2008@gmail.com e proealc@gmail.com

Consulte nosso site e veja a programação e ficha de inscrição: www.proealc.uerj.br.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenação Geral

Em Foco I

ENTREVISTA: ERIC HOBSBAWM

A crise do capitalismo e a importância atual de Marx



Em entrevista a Marcello Musto, o historiador Eric Hobsbawm analisa a atualidade da obra de Marx e o renovado interesse que vem despertando nos últimos anos, mais ainda agora após a nova crise de Wall Street. E fala sobre a necessidade de voltar a ler o pensador alemão: “Marx não regressará como uma inspiração política para a esquerda até que se compreenda que seus escritos não devem ser tratados como programas políticos, mas sim como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista”.

Marcello Musto - Sin Permiso

Eric Hobsbawm é considerado um dos maiores historiadores vivos. É presidente do Birbeck College (London University) e professor emérito da New School for Social Research (Nova Iorque). Entre suas muitas obras, encontra-se a trilogia acerca do “longo século XIX”: “A Era da Revolução: Europa 1789-1848” (1962); “A Era do Capital: 1848-1874” (1975); “A Era do Império: 1875-1914” (1987) e o livro “A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991” (1994), todos traduzidos em vários idiomas.

Entrevistamos o historiador por ocasião da publicação do livro “Karl Marx’s Grundrisse. Foundations of the Critique of Political Economy 150 Years Later” (Os Manuscritos de Karl Marx. Elementos fundamentais para a Crítica da Economia Política, 150 anos depois).

Nesta conversa, abordamos o renovado interesse que os escritos de Marx vêm despertando nos últimos anos e mais ainda agora após a nova crise de Wall Street. Nosso colaborador Marcello Musto entrevistou Hobsbawm para Sin Permiso.

Marcello Musto: Professor Hobsbawm, duas décadas depois de 1989, quando foi apressadamente relegado ao esquecimento, Karl Marx regressou ao centro das atenções. Livre do papel de intrumentum regni que lhe foi atribuído na União Soviética e das ataduras do “marxismo-leninismo”, não só tem recebido atenção intelectual pela nova publicação de sua obra, como também tem sido objeto de crescente interesse. Em 2003, a revista francesa *Nouvel Observateur* dedicou um número especial a Marx, com um título provocador: “O pensador do terceiro milênio?”. Um ano depois, na Alemanha, em uma pesquisa organizada pela companhia de televisão ZDF para estabelecer quem eram os alemães mais importantes de todos os tempos, mais de 500 mil espectadores votaram em Karl Marx, que obteve o terceiro lugar na classificação geral e o primeiro na categoria de “relevância atual”.

Em 2005, o semanário alemão *Der Spiegel* publicou uma matéria especial que tinha como título “Ein Gespenst Kehrt zurück” (A volta de um espectro), enquanto os ouvintes do programa “In Our Time” da rádio 4, da BBC, votavam em Marx como o maior filósofo de todos os tempos. Em uma conversa com Jacques Attali, recentemente publicada, você disse que, paradoxalmente, “são os capitalistas, mais que outros, que estão

redescobrimo Marx” e falou também de seu assombro ao ouvir da boca do homem de negócios e político liberal, George Soros, a seguinte frase: “Ando lendo Marx e há muitas coisas interessantes no que ele diz”. Ainda que seja débil e mesmo vago, quais são as razões para esse renascimento de Marx? É possível que sua obra seja considerada como de interesse só de especialistas e intelectuais, para ser apresentada em cursos universitários como um grande clássico do pensamento moderno que não deveria ser esquecido? Ou poderá surgir no futuro uma nova “demanda de Marx”, do ponto de vista político?

Eric Hobsbawm: Há um indiscutível renascimento do interesse público por Marx no mundo capitalista, com exceção, provavelmente, dos novos membros da União Européia, do leste europeu. Este renascimento foi provavelmente acelerado pelo fato de que o 150º aniversário da publicação do Manifesto Comunista coincidiu com uma crise econômica internacional particularmente dramática em um período de uma ultra-rápida globalização do livre-mercado.

Marx previu a natureza da economia mundial no início do século XXI, com base na análise da “sociedade burguesa”, cento e cinquenta anos antes. Não é surpreendente que os capitalistas inteligentes, especialmente no setor financeiro globalizado, fiquem impressionados com Marx, já que eles são necessariamente mais conscientes que outros sobre a natureza e as instabilidades da economia capitalista na qual eles operam.

A maioria da esquerda intelectual já não sabe o que fazer com Marx. Ela foi desmoralizada pelo colapso do projeto social-democrata na maioria dos estados do Atlântico Norte, nos anos 1980, e pela conversão massiva dos governos nacionais à ideologia do livre mercado, assim como pelo colapso dos sistemas políticos e econômicos que afirmavam ser inspirados por Marx e Lênin. Os assim chamados “novos movimentos sociais”, como o feminismo, tampouco tiveram uma conexão lógica com o anti-capitalismo (ainda que, individualmente, muitos de seus membros possam estar alinhados com ele) ou questionaram a crença no progresso sem fim do controle humano sobre a natureza que tanto o capitalismo como o socialismo tradicional compartilharam. Ao mesmo tempo, o “proletariado”, dividido e diminuído, deixou de ser crível como agente histórico da transformação social preconizada por Marx.

Devemos levar em conta também que, desde 1968, os mais proeminentes movimentos radicais preferiram a ação direta não necessariamente baseada em muitas leituras e análises teóricas. Claro, isso não significa que Marx tenha deixado de ser considerado como um grande clássico e pensador, ainda que, por razões políticas, especialmente em países como França e Itália, que já tiveram poderosos Partidos Comunistas, tenha havido uma apaixonada ofensiva intelectual contra Marx e as análises marxistas, que provavelmente atingiu seu ápice nos anos oitenta e noventa. Há sinais agora de que a água retomarará seu nível.

Marcello Musto: Ao longo de sua vida, Marx foi um agudo e incansável investigador, que percebeu e analisou melhor do que ninguém em seu tempo o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. Ele entendeu que o nascimento de uma economia internacional globalizada era inerente ao modo capitalista de produção e previu que este processo geraria não somente o crescimento e prosperidade alardeados por políticos e teóricos liberais, mas também violentos conflitos, crises econômicas e injustiça social generalizada. Na última década, vimos a crise financeira do leste asiático, que começou no verão de 1997; a crise econômica Argentina de 1999-2002 e, sobretudo, a crise dos empréstimos hipotecários que começou nos Estados Unidos em 2006 e agora tornou-se a maior crise financeira do pós-guerra. É correto dizer, então, que o retorno do interesse pela obra de Marx está baseado na crise da sociedade capitalista e na capacidade dele ajudar a explicar as profundas contradições do mundo atual?

Eric Hobsbawm: Se a política da esquerda no futuro será inspirada uma vez mais nas análises de Marx, como ocorreu com os velhos movimentos socialistas e comunistas, isso dependerá do que vai acontecer no mundo capitalista. Isso se aplica não somente a Marx, mas à esquerda considerada como um projeto e uma ideologia política coerente. Posto que, como você diz corretamente, a recuperação do interesse por Marx está consideravelmente – eu diria, principalmente – baseado na atual crise da sociedade capitalista, a perspectiva é mais promissora do que foi nos anos noventa. A atual crise financeira mundial, que pode transformar-se em uma grande depressão econômica nos EUA, dramatiza o fracasso da teologia do livre mercado global descontrolado e obriga, inclusive o governo norte-americano, a escolher ações públicas esquecidas desde os anos trinta.

As pressões políticas já estão debilitando o compromisso dos governos neoliberais em torno de uma globalização descontrolada, ilimitada e desregulada. Em alguns casos, como a China, as vastas desigualdades e injustiças causadas por uma transição geral a uma economia de livre mercado, já coloca problemas importantes para a estabilidade social e mesmo dúvidas nos altos escalões de governo. É claro que qualquer “retorno a Marx” será essencialmente um retorno à análise de Marx sobre o capitalismo e seu lugar na evolução histórica da humanidade – incluindo, sobretudo, suas análises sobre a instabilidade central do desenvolvimento capitalista que procede por meio de crises econômicas auto-geradas com dimensões políticas e sociais. Nenhum marxista poderia acreditar que, como argumentaram os ideólogos neoliberais em 1989, o capitalismo liberal havia triunfado para sempre, que a história tinha chegado ao fim ou que qualquer sistema de relações humanas possa ser definitivo para todo o sempre.

Marcello Musto: Você não acha que, se as forças políticas e intelectuais da esquerda internacional, que se questionam sobre o que poderia ser o socialismo do século XXI, renunciarem às idéias de Marx, estarão perdendo um guia fundamental para o exame e a transformação da realidade atual?

Eric Hobsbawm: Nenhum socialista pode renunciar às idéias de Marx, na medida que sua crença em que o capitalismo deve ser sucedido por outra forma de sociedade está baseada, não na esperança ou na vontade, mas sim em uma análise séria do desenvolvimento histórico, particularmente da era capitalista. Sua previsão de que o capitalismo seria substituído por um sistema administrado ou planejado socialmente parece razoável, ainda que certamente ele tenha subestimado os elementos de mercado que sobreviveriam em algum sistema pós-capitalista.

Considerando que Marx, deliberadamente, absteve-se de especular acerca do futuro, não pode ser responsabilizado pelas formas específicas em que as economias “socialistas” foram organizadas sob o chamado “socialismo realmente existente”. Quanto aos objetivos do socialismo, Marx não foi o único pensador que queria uma sociedade sem exploração e alienação, em que os seres humanos pudessem realizar plenamente suas potencialidades, mas foi o que expressou essa idéia com maior força e suas palavras mantêm seu poder de inspiração.

No entanto, Marx não regressará como uma inspiração política para a esquerda até que se compreenda que seus escritos não devem ser tratados como programas políticos, autoritariamente ou de outra maneira, nem como descrições de uma situação real do mundo capitalista de hoje, mas sim como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista. Tampouco podemos ou devemos esquecer que ele não conseguiu realizar uma apresentação bem planejada, coerente e completa de suas idéias, apesar das tentativas de Engels e outros de construir, a partir dos manuscritos de Marx, um volume II e III de “O Capital”. Como mostram os “Grundrisse”, aliás. Inclusive, um Capital completo teria conformado apenas uma parte do próprio plano original de Marx, talvez excessivamente ambicioso.

Por outro lado, Marx não regressará à esquerda até que a tendência atual entre os ativistas radicais de converter o anti-capitalismo em anti-globalização seja abandonada. A globalização existe e, salvo um colapso da sociedade humana, é irreversível. Marx reconheceu isso como um fato e, como um internacionalista, deu as boas vindas, teoricamente. O que ele criticou e o que nós devemos criticar é o tipo de globalização produzida pelo capitalismo.

Marcello Musto: Um dos escritos de Marx que suscitaram o maior interesse entre os novos leitores e comentadores são os “Grundrisse”. Escritos entre 1857 e 1858, os “Grundrisse” são o primeiro rascunho da crítica da economia política de Marx e, portanto, também o trabalho inicial preparatório do Capital, contendo numerosas reflexões sobre temas que Marx não desenvolveu em nenhuma outra parte de sua criação inacabada. Por que, em sua opinião, estes manuscritos da obra de Marx, continuam provocando mais debate que qualquer outro texto, apesar do fato dele tê-los escrito somente para resumir os fundamentos de sua crítica da economia política? Qual é a razão de seu persistente interesse?

Eric Hobsbawm: Desde o meu ponto de vista, os "Grundrisse" provocaram um impacto internacional tão grande na cena marxista intelectual por duas razões relacionadas. Eles permaneceram virtualmente não publicados antes dos anos cinquenta e, como você diz, contendo uma massa de reflexões sobre assuntos que Marx não desenvolveu em nenhuma outra parte. Não fizeram parte do largamente dogmatizado corpus do marxismo ortodoxo no mundo do socialismo soviético. Mas não podiam simplesmente ser descartados.

Puderam, portanto, ser usados por marxistas que queriam criticar ortodoxamente ou ampliar o alcance da análise marxista mediante o apelo a um texto que não podia ser acusado de herético ou anti-marxista. Assim, as edições dos anos setenta e oitenta, antes da queda do Muro de Berlim, seguiram provocando debate, fundamentalmente porque nestes escritos Marx coloca problemas importantes que não foram considerados no "Capital", como por exemplo as questões assinaladas em meu prefácio ao volume de ensaios que você organizou (Karl Marx's Grundrisse. Foundations of the Critique of Political Economy 150 Years Later, editado por M. Musto, Londres-Nueva York, Routledge, 2008).

Marcello Musto: No prefácio deste livro, escrito por vários especialistas internacionais para comemorar o 150º aniversário de sua composição, você escreveu: "Talvez este seja o momento correto para retornar ao estudo dos "Grundrisse", menos constrangidos pelas considerações temporais das políticas de esquerda entre a denúncia de Stalin, feita por Nikita Khrushchev, e a queda de Mikhail Gorbachev". Além disso, para destacar o enorme valor deste texto, você diz que os "Grundrisse" "trazem análise e compreensão, por exemplo, da tecnologia, o que leva o tratamento de Marx do capitalismo para além do século XIX, para a era de uma sociedade onde a produção não requer já mão-de-obra massiva, para a era da automatização, do potencial de tempo livre e das transformações do fenômeno da alienação sob tais circunstâncias. Este é o único texto que vai, de alguma maneira, mais além dos próprios indícios do futuro comunista apontados por Marx na "Ideologia Alemã". Em poucas palavras, esse texto tem sido descrito corretamente como o pensamento de Marx em toda sua riqueza. Assim, qual poderia ser o resultado da releitura dos "Grundrisse" hoje?

Eric Hobsbawm: Não há, provavelmente, mais do que um punhado de editores e tradutores que tenham tido um pleno conhecimento desta grande e notoriamente difícil massa de textos. Mas uma releitura ou leitura deles hoje pode ajudar-nos a repensar Marx: a distinguir o geral na análise do capitalismo de Marx daquilo que foi específico da situação da sociedade burguesa na metade do século XIX. Não podemos prever que conclusões podem surgir desta análise. Provavelmente, somente podemos dizer que certamente não levarão a acordos unânimes.

Marcello Musto: Para terminar, uma pergunta final. Por que é importante ler Marx hoje?

Eric Hobsbawm: Para qualquer interessado nas idéias, seja um estudante universitário ou não, é patentemente claro que Marx é e permanecerá sendo uma das grandes mentes filosóficas, um dos grandes analistas econômicos do século XIX e, em sua máxima expressão, um mestre de uma prosa apaixonada. Também é importante ler Marx porque o mundo no qual vivemos hoje não pode ser entendido sem levar em conta a influência que os escritos deste homem tiveram sobre o século XX. E, finalmente, deveria ser lido porque, como ele mesmo escreveu, o mundo não pode ser transformado de maneira efetiva se não for entendido. Marx permanece sendo um soberbo pensador para a compreensão do mundo e dos problemas que devemos enfrentar.

Tradução para Sin Permiso (inglês-espanhol): Gabriel Vargas Lozano

Tradução para Carta Maior (espanhol-português): Marco Aurélio Weissheimer

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15253

Em Foco II

Hugo Chávez

*Ignacio Ramonet**

Poucos governantes, em todo o mundo, são alvo de campanhas de demolição tão odiosas como o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Os seus inimigos têm recorrido a tudo: golpe de Estado, greve petrolífera, fuga de capitais, tentativas de atentados... Desde os ataques lançados por Washington contra Fidel Castro não se via na América Latina uma tal obstinação. São difundidas contra Chávez as calúnias mais miseráveis, concebidas pelas novas oficinas de propaganda – National Endowment for Democracy (NED), Freedom House, etc. – financiadas pela administração do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Esta máquina de difamação, que dispõe de ilimitados recursos financeiros, manipula os transmissores mediáticos (inclusive jornais de referência) e organizações de defesa dos direitos humanos, que por seu turno se alistam ao serviço de tenebrosos desígnios. Acontecendo também, ruína do socialismo, que uma parte da esquerda social-democrata junte a sua voz a este coro de difamadores.

Porquê tanto ódio? Porque na altura em que a social-democracia está a passar na Europa por uma crise de identidade, as circunstâncias históricas parecem ter atribuído a Hugo Chávez a responsabilidade de assumir, à escala internacional, a reinvenção da esquerda. Ao mesmo tempo que no Velho Continente a construção europeia teve como efeito tornar praticamente impossível qualquer alternativa ao neoliberalismo, inspiradas no exemplo venezuelano sucedem-se no Brasil, na Argentina, na Bolívia e no Equador experiências que mantêm viva a esperança de realizar a emancipação dos mais humildes.

A este respeito, o balanço de Chávez é espectacular, sendo compreensível que em dezenas de países pobres ele se tenha tornado uma referência obrigatória. Pois não reconstruiu ele, respeitando escrupulosamente a democracia e todas as liberdades [1], a nação venezuelana com novas bases, legitimadas por uma nova Constituição que garante a implicação popular na transformação social? Não devolveu ele a dignidade de cidadãos a cerca de cinco milhões de marginalizados (entre os quais as populações indígenas) que não tinham documentos de identidade? Não assumiu ele a empresa pública Petroleos de Venezuela S.A. (PDVSA)? Não desprivatizou ele e entregou ao serviço público a principal empresa de telecomunicações do país, bem como a empresa de electricidade de Caracas? Não nacionalizou ele os campos petrolíferos do Orenoco? Em suma, não dedicou ele uma parte dos rendimentos do petróleo à aquisição de uma autonomia efectiva perante as instituições financeiras internacionais e uma outra parte ao financiamento de programas sociais?

Foram distribuídos aos camponeses três milhões de hectares de terras. Milhões de adultos e crianças foram alfabetizados. Milhares de centros médicos foram instalados nos bairros populares. Foram operadas gratuitamente dezenas de milhares de pessoas sem recursos que sofriam de doenças da vista. Os produtos alimentícios de base são subvencionados e propostos às pessoas mais desfavorecidas a preços 42 por cento inferiores aos do mercado. A duração semanal do trabalho passou de 44 para 36 horas, ao mesmo tempo que o salário mínimo subiu para 204 euros por mês (o mais alto da América Latina a seguir à Costa Rica).

Resultados de todas estas medidas: entre 1999 e 2005 a pobreza diminuiu de 42,8 por cento para 33,9 por cento, ao mesmo tempo que a população que vive da economia informal caiu de 53 por cento para 40 por cento. Estes recuos da pobreza permitiram apoiar muito o crescimento, que nos três últimos anos foi, em média, de 12 por cento, situando-se entre os mais elevados do mundo, estimulado também por um consumo que aumentou 18 por cento por ano.

Perante tais resultados, sem falar dos alcançados na política internacional, será de espantar que o presidente Hugo Chávez se tenha tornado para os donos do mundo e seus fiéis acólitos um homem a abater?

quarta-feira 8 de Agosto de 2007

* É um jornalista e sociólogo galego. Ramonet cresceu em Tânger. Estudou engenharia em Bordéus, Rabat e Paris.

Le Mond Diplomatique,

Fonte: <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article101>

Espaço Aberto

Resenha do texto de “Marx, expropriações e capital monetário – notas para o estudo do imperialismo tardio”, da autora Virginia Fontes

*José Henrique Carvalho Organista**

O artigo tem, ao menos, dois objetivos claros: 1) demonstrar a centralidade do trabalho, quando este parece perder espaço através das novas formas de extração de sobretabalho, especialmente, através do empreendedorismo, do cooperativismo, da terceirização, do trabalho em domicílio e pelo processo de informalização das relações de trabalho; 2) Acentuar o caráter interdependente e contraditório entre o capital produtivo e monetário, onde a “remuneração” do segundo depende da intensificação da extração da mais-valia. Ambos tem como missão realizar cada vez mais rápido e, se fosse possível, sem intermediação D' e d'. Portanto, as expressões d-M-d' e D-dM-d'-D' demonstram a relação entre o capital produtivo e monetário.

Acerca do primeiro objetivo a autora tenta desnaturalizar o processo de expropriação que foi convertido em lei natural pela Economia Política Clássica. Nesse mesmo movimento descarta a análise contida n'O Capital como meramente econômica. Para isso a autora destaca que “a conversão de dinheiro em capital envolve *toda a vida social* numa complexa relação que repousa sobre a produção de trabalhadores livres, ou em outros termos, a expropriação dos trabalhadores diretos”. E conclui: “É por obscurecer, por velar tal base social, que a produção capitalista, ou no momento da atividade produtiva de valorização do capital se apresenta como meramente “econômico”, apesar de desenvolver todo o conjunto da existência social”.

Ora, ao procurar destacar que a conversão de dinheiro em capital envolve toda a vida social a autora reforça que o capital é uma relação social, ou seja, para desenvolver-se necessita se expandir de forma social, política e cultural que, em última instância, significa expandir seus tentáculos por toda a vida social, subsumindo toda a vida real pelo capital. Nessa relação o capitalista nada mais é do que a encarnação do capital, enquanto o trabalhador a encarnação do trabalho.

Essa relação capital-trabalho parece fazer desaparecer o caráter histórico da forma de produção capitalista. Afinal, a mercadoria parece ter tomado formas humanas enquanto os homens se coisificaram. Isso nos remete a idéia de liberdade tratada pela autora. Para Marx a verdadeira liberdade e/ou emancipação somente será possível quando cessar o trabalho abstrato, em outras palavras, para Marx somente com fim do sistema de produção capitalista o homem poderá se tornar verdadeiramente livre. Fora disso, toda a liberdade se traduz na liberdade para o capital. A expropriação dos trabalhadores de seus meios de trabalho asseguraram para o capital um contingente de mão-de-obra “livre”. Nesse novo mundo o capital “apregoa sem cessar o advento da liberdade, porém em nenhum outro período histórico a vida da grande maioria da população foi tão marcada pelo seu oposto, pela necessidade imperiosa de subsistir no mundo cada vez mais abstrato de mercado”.

A autora destaca ainda duas formas renovadas de expropriação: a da *resistência operária pela proximidade* através da introdução de tecnologias que permitem manter a cooperação entre os trabalhadores malgrado a distância física, apresentada como “liberdade” de movimentos, liberação espacial, e como democratização do processo de trabalho”. A segunda é a *expropriação contratual*, tornada uma prática contínua através da pulverização desigual e combinada das formas contratuais e eliminação tendencial de direitos associados ao contrato de trabalho”. Enfim, a autora relata a mercantilização da vida social, ou seja, a expansão do capital para a totalidade da vida social. “Tudo o que figure como anteparo à livre exploração da força de trabalho pelo capital é por ele convertido em obstáculo a ser expropriado”.

O capital tem conduzido a humanidade à mera condição de força de trabalho livre. É claro que nem todos os trabalhadores serão diretamente absorvidos pelo capital. Isso não significa, nem de longe, o fim do trabalho já que o trabalho é a única mercadoria que quando consumida produz valor. Todavia, a expansão das

expropriações e a concentração de capitais tem levado muitos autores a identificarem no mercado financeiro a realização do capital. Por isso, sem pestanejar decretam o fim da sociedade do trabalho e dissociam capital monetário do capital produtivo. Como se o primeiro tivesse se autonomizado e constituísse um sistema em separado do modo de produção capitalista. É contra essa visão que a autora empreenderá a segunda parte.

A autora tem o mérito de retirar o véu que encobre essa relação de dependência e contradição entre capital monetário e produtivo apontando que é pela extração da mais-valia no setor produtivo que se remunera o capital monetário, designado “lucro”. Dessa forma a autora descarta e se contrapõe “a suposição de que haja atividades puramente monetárias, sem envolvimento com os processos produtivos, como puro produto da multiplicação do capital”.

Todavia, gostaria de algumas indagações. Já sabemos que o capital monetário é remunerado sob a designação de juros através da extração da mais-valia no setor produtivo. Também sabemos que a concorrência, novos paradigmas produtivos tem levado a expropriação e/ou fusão de capitais. Precisamos saber qual ou quais os motivos que levam a financeirização da produção? Qual sua relação com o mercado de trabalho? É o que iremos fazer a seguir.

A trajetória econômica da América Latina, desde a década de 1970, se caracterizou pelo crescimento do mercado interno, por crises inflacionárias e pela abertura sem limites ao mercado internacional. A partir dos anos 80, a liberalização dos mercados foi ampla e muito rápida. Podemos destacar a liberalização do comércio internacional, liberalização financeira, retirada do Estado da atividade produtiva e desregulamentação do mercado do trabalho. Os investimentos diretos na produção (IDE) aumentam, mas sua expansão é pouco expressiva para fazer frente ao mercado aberto e pela forte avaliação da moeda em relação ao dólar. Nessas condições, a redução dos custos unitários do trabalho passa pela busca de uma maior flexibilidade da força de trabalho, visando enfrentar a competitividade das empresas estrangeiras graças à valorização da moeda.

Proliferam novas organizações do trabalho e a extração de mais-valia se intensifica. Como conseqüência a massa salarial é reduzida, bem como aumenta o nível de desemprego, da precarização e da terceirização.

Numa economia fortemente financeirizada os investimentos diretos na produção tendem a diminuir na mesma proporção em que aumenta a especulação. Isso acontece sempre que as taxas de juro forem proporcionalmente mais elevadas com os ganhos da produção. Cabe mais uma vez ressaltar que a exploração da força de trabalho é que gera a remuneração para o capital monetário. No entanto, num mundo em que a atividade financeira parece gerar a ilusão de que o dinheiro por si só produz dinheiro, sem a intervenção do trabalho. O perigo de uma economia em que a expropriação se expandiu e concentrou capital é que a crise tende a ser mais ampla, atingindo os trabalhadores, aumentando a miséria e restringindo cada vez mais o espaço público e apagando direitos históricos. Enquanto, por outro lado, a tendência é aumentar sobremaneira a concentração de capital, tornando as empresas mais fortes que os países. Estes tenderam a afrouxar cada vez mais suas fronteiras para o capital e, em contrapartida fecharem as fronteiras para os trabalhadores. O Estado se tornará ainda mais “gerente dos negócios do capital” e sua face mais policial, mais controladora cairá com mão pesada sobre os “sobrantes humanos” desumanizados, visando à coesão do sistema.

Esse é caminho inexorável do capitalismo. Por isso, o espaço público não pode ser ocupado tão-somente para as “rebeldias consentidas”, faz-se necessário compreender que a verdadeira emancipação não acontecerá de forma automática, para se constituir ela necessita do resgate do sujeito histórico: *a classe-que-vive-do-trabalho*.

Referência Bibliográfica: FONTES, V. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio. Crítica Marxista (São Paulo), v. 26, p. 9-31, 2008.

Site: <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/155-artigo/263-marx-expropriacoes-e-capital-monetario-notas-para-o-estudo-do-capitalismo-tardio>

*Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), é professor substituto do Departamento de Sociologia da UERJ, da rede estadual do Rio de Janeiro. E membro do Conselho Consultivo do Programa de Estudos de América Latina e Caribe - PROEALC

Os Labirintos da Miatização das Relações Sociais

*Silene de Moraes Freire**
*Andréia de Souza de Carvalho***

A presente comunicação apresenta algumas reflexões preliminares sobre a análise do discurso da mídia, em especial da imprensa escrita, ao tratar o fenômeno da violência como uma guerra, procurando identificar nessas falas o que Cecília Coimbra (2001) definiu como a produção de modos hegemônicos de ser e de existir no mundo. Partimos da premissa que na atualidade não é possível entender a produção de sentidos e significados, que reproduzem os esquemas de dominação, sem compreender a mediação dos meios de comunicação na interpretação da realidade falando “pelos” e “para” os indivíduos. (Guattari & Rolnik, 1985)

O estudo aqui contido é parte das investigações do Laboratório de Direitos Humanos na América latina, do Programa de Estudos de América Latina e Caribe da UERJ, e tais análises resultam do acompanhamento diário de notícias relacionadas à “violência urbana” no Estado do Rio de Janeiro, desde 2007. O principal pressuposto teórico desse trabalho é que os fatos ocorridos na realidade social não podem ser tratados como fenômenos isolados, passíveis de serem classificados de bons ou maus. Para nós os eventos são partes de um processo social dinâmico, construído e definido socialmente no meio material e cultural em que estão inseridos.

O objetivo desse texto foi realizar um questionamento do papel social dos jornais e revistas enquanto formadores de opinião, partindo do princípio de que o discurso midiático não é imparcial. Ao contrário, faz parte de uma lógica que constrói o que Marilena Chauí (2006) define como “simulacro do poder”. Na qualidade de mercadoria socialmente produzida o discurso, contido nos jornais e revistas, age também na própria criação das necessidades de informação e definição dos temas relevantes, construindo o consumidor-leitor.

Temos adotado como metodologia a análise qualitativa dos discursos publicados por jornais da mídia impressa ou virtual referentes ao fenômeno da violência. Verificamos que repetidamente os mesmos estão permeados de denúncias-notícias, que por sua vez engendram falas inflamadas em defesa do endurecimento das penas e de possíveis soluções para violência. Procuramos descortinar também o porquê estas falas resultarem em “campanhas” midiáticas em torno de temas como maioria penal e pena capital, principalmente nos casos em que estão relacionadas a pessoas pobres, negros ou pessoas territorialmente identificadas com a pobreza.

Em contrapartida, crimes cometidos por pessoas de faixa etária semelhante, em especial adolescentes e jovens, mas oriundos da classe média ou alta, são tratados como uma anomalia isolada. Apesar da violência não ser um fenômeno novo, não a compreendemos como um fator inato ao homem ou de caráter individual, mas, contrariamente, trata-se de um fenômeno social, diferenciado do ponto de vista histórico e cultural, e de difícil compreensão. Tida como um tema com diversas possibilidades de abordagens ou como uma marca cada vez mais perigosa nas práticas sociais, ela tem desafiado todos os que tentam enfrentá-la. O tema não exige que o ponto de vista seja o mais abrangente, translúcido ou verdadeiro. Apenas que revele miopias, pequenos erros, infortúnios, zonas cinzas da sua genealogia, que atualmente resultam na busca desesperada por sua pacificação ainda que de forma artificial, sem o enfrentamento das contradições que o geram.

Desde o início da década atual, pesquisas já apontavam à segurança pública como uma preocupação constante da população das grandes metrópoles brasileiras (Coimbra, 2001). Podemos constatar a importância de tal questão nos amplos espaços que o tema passou a ter nos noticiários televisivos e nas primeiras páginas dos principais jornais do país. Há algumas décadas, apenas jornais e programas populares davam maior destaque para esse tipo de matéria, a não ser em casos muito emblemáticos. As campanhas eleitorais cada vez mais se preocupam em apresentar propostas de solução para tais questões. Podemos compreender, a partir dessas informações, como a questão da segurança pública ampliou sua dimensão nos dias atuais, reeditando o “mito das classes perigosas” através do resgate da tônica do processo inicial da industrialização capitalista: a visão das classes populares não como caso de política, mas de polícia. (idem, 2001)

A partir da década de 90, por força da própria expansão capitalista sob características neoliberais (Tavares, 2001), a questão da violência urbana foi novamente revisitada. Cabe aqui registrar que esta vinculação estreita entre imprensa burguesa, repressão e sistema penal não é algo novo.

Como observou Coimbra (2001), no início do século, era por meio de razões raciais, eugênicas e higienistas que se tentava entender a violência e a criminalidade. Posteriormente, nos anos 40 e 50, passou-se a explicá-la por questões relativas a determinados meios ambientes – pobres e sem estímulos; e, mais recentemente, nas décadas de 60 e 70, pela “desestruturação familiar”. Embora essas razões coexistissem, ao longo de todas as etapas, o destaque de umas sobre as outras dependem das práticas emergentes em determinados momentos. Portanto, entendemos que se faz necessário desconstruir as interpretações lineares que dominam o debate sobre violência nos dias de hoje.

Atualmente, podemos acompanhar em detalhes, pela mídia impressa e televisiva nacional, os discursos que tratam das incursões em comunidades pobres. Termos como “ação”, “força”, “inteligência”, “meliante” são ilustrados por registros em vídeo e fotos de operações da polícia nos morros do Rio de Janeiro e em outras comunidades carentes do Brasil. Para Coimbra (2001), a mídia seria o instrumento necessário para “preparar” o espírito da população para esse tipo de operação violenta. Aos poucos, a imprensa procura formar uma opinião favorável a uma intervenção policial e militar de grandes proporções em áreas pobres. Tal construção dos noticiários nos telejornais, segundo Chauí (2006:48), seguem a seguinte lógica: selecionam-se notícias e enfoques que não desagradam os patrocinadores ou os poderes estabelecidos; utilizam-se de textos sensacionalistas ou mais rebuscados, de acordo com o público alvo e horário de transmissão; apresentam notícias sobre a violência ou sobre a atuação de agentes sociais reivindicatórios sempre em contraposição ao discurso da ordem apaziguadora representada pela ação estatal repressiva; relatam sobre a violência primeiramente nas notícias locais, depois regionais e por fim as internacionais, simbolicamente indicando nas entrelinhas uma escalada sistemática da violência que precisa ser aniquilada no seu formato mais próximo ao cotidiano do público alvo; e por fim, dão ênfase a guerras e cataclismos naturais, antes de concluírem novamente com opiniões sobre o eminente perigo local, indicando ou sugerindo a necessidade da intervenção do aparato repressor.

O compromisso da mídia, cujos órgãos informativos integram grandes grupos econômicos de telecomunicações, com os interesses do ajuste neoliberal é a chave para a compreensão desse vínculo. A segurança pública, hoje em dia, é um dos mais novos “filões” para as privatizações, cujo foco agora se encontra nos presídios. Além disso, em nome da garantia de proteção, vários grupos privados enriquecem proporcionando seguranças particulares e dispositivos de vigilância. Nestas condições, todo discurso que reforce a questão da violência urbana e proponha a maioria penal e/ou a pena capital são repetidamente veiculados, gerando na população uma tensão profunda entre a notícia dos crimes e o desejo de sentenças exemplares. Nilo Batista (2003), pesquisador que realiza estudos sobre mídia e violência, nos adverte do estreito vínculo entre a mídia e o sistema penal no capitalismo tardio.

Concordamos com a afirmação de Capelato (1988), de que em um país de estrutura partidária frágil como o Brasil, a imprensa desempenha um papel semelhante ao partido político. Nesse sentido, portanto entendemos que a imprensa é um local privilegiado para a análise da disputa pela hegemonia social, pois, cada vez mais intervém abertamente na orientação da opinião pública. Para a autora, o jornal não é um transmissor imparcial de acontecimentos. Sua análise pode nos apontar aspectos relacionados à complexidade da luta social, e os diferentes projetos políticos e sociais em embate, principalmente em torno da questão da violência.

Para garantir a “veracidade” de suas afirmações, o discurso jornalístico sempre vai além de um discurso meramente informativo ou de opinião. Pesquisas acadêmicas são apresentadas para conferir respaldo científico às questões propostas nos editoriais. Daí a importância dos especialistas, no sentido de uma articulação entre retórica-verdade-cientificidade das opiniões. Tal discurso é ilustrativo sobre o que Chauí (2006) chama de “peculiaridade da ideologia contemporânea”, que trata de forma impessoal os temas, associando-os ao discurso da racionalidade técnico-científica. Para a autora, as falas de especialistas são apresentadas pela mídia como verdade, pois são devidamente respaldados por um saber (científico, técnico, religioso, político, artístico) que institui a divisão entre os que “sabem” e os que não “sabem”. Ainda assim, verificamos nas notícias pesquisadas que a maioria das falas especializadas é selecionada por suas opiniões conservadoras ou são apresentadas de maneira descontextualizada para reforçar ainda mais a necessidade do aumento da repressão estatal.

A autora, no mesmo livro, nos adverte também sobre como a mídia, ao identificar socialmente a violência como obra do bandido, mantém a separação entre “nós, brasileiros de bem”, e “eles”, reforçando a idéia de que a violência se localiza em determinados grupos sociais. Já as questões éticas, políticas e as desigualdades sociais relacionam-se com a violência de forma distinta, não são consideradas formas de violência, mas elementos que demonstram a fragilidade das instituições para o enfrentamento da mesma. Segundo Chauí, “a

distinção entre os dois grupos (...) não é senão a nova maneira de repetir o modo como, no Brasil, evitamos discutir em profundidade o fenômeno da violência”. (Idem, p.117) Tal diferenciação no trato da notícia segue a lógica naturalizada pela ordem social vigente. O direito a vida é reivindicado e denunciado na mídia só para grupos pertencentes às classes mais privilegiadas, sobrando aos pobres o cerceamento ou o extermínio. Resumindo, ser morador de áreas pobres é um risco. Nessa lógica, as poucas vozes dissonantes tornam-se invisibilizadas e a imprensa configurasse cada vez mais como uma parceira poderosa do Estado Penal (Wacquant, 2002).

Essa separação entre o “nós” e o “eles” é perceptível nos discursos da mídia acerca da questão da violência, sobretudo quando se trata de narrar crimes cometidos por jovens das classes média ou alta. Existe a tendência para uma leitura mais compreensiva das subjetividades e condições que levaram o jovem “bem nascido” ao crime. As suas condições financeiras e familiares e a sua formação educacional são exaustivamente apresentadas nos textos, o que deixa subentendido que tal situação é uma anomalia, algo externo à situação narrada, normalmente relacionada e creditada aos problemas psicológicos ou morais dos infratores, ou ainda como resultado da dependência química que vincula mais uma vez a violência à ação do comércio ilegal de drogas, ou seja, aos “outros”. Raras são as associações entre violência, consumo e expansão capitalista.

Em suma, não podemos negar a deformação das identidades contemporâneas promovidas pela mídia que, ao anular a visibilidade dos conflitos de classe, constrói mitos em plena consonância com os interesses das classes dirigentes, mascarando através da construção do medo, da existência de classes perigosas, do nós e eles, o verdadeiro sentido das formas de construção da subalternidade nos dias atuais.

*Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP. Professora e pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe do Centro de Ciências Sociais da UERJ, Bolsista de Produtividade do CNPq

* *Mestre em História pela UERJ, doutoranda do PPG da FSS da UERJ e Técnico Administrativo do Programa de Estudos de América Latina e Caribe – PROEALC

Expediente

Reitor

Prof^o Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitora

Prof^a Maria Christina Paixão Maioli

Sub-reitora de Graduação

Prof^a Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Prof^a Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitoria de Extensão e Cultura

Prof^a Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Prof. Domenico Mandarino

Coordenadora do PROEALC

Prof^a Dra. Silene de Moraes Freire

Editora Responsável

Prof^a Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial

Talita Freire Moreira Anacleto (PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção

Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

Talita Freire Moreira Anacleto (PROEALC/CCS/UERJ)

Colaboradores

José Henrique C. Organista (PROEALC/CCS/UERJ)

Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

Projeto Gráfico

Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)

Diagramação

Talita Freire Moreira Anacleto (PROEALC/CCS/UERJ)

Revisão

Os textos publicados são de responsabilidades dos autores